



COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

CNPJs: 09.062.893/0001-74 e 09.062.893/0002-55

Relatório de Administração - 2017



Secretaria de Logística e Transportes

Histórico: A Companhia Docas de Sebastião é uma sociedade de economia mista, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, constituída pelo Decreto Estadual nº 52.102 de 29 de agosto de 2007, cujas atividades, voltadas especificamente para a administração da infraestrutura portuária pública do Porto de São Sebastião, foram regulamentadas por meio do Convênio de Delegação celebrado em 15 de junho de 2007 entre a União e o Estado de São Paulo, com vigência pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por igual tempo. **Desempenho Operacional:** Em 2017, atracaram no porto público 63 navios no berço 101 e 1423 embarcações de menor porte nos demais berços internos, além de 64 navios de turismo fundeados. No caos público foram movimentadas 542 mil toneladas de cargas, o que representa decréscimo de 10,7% comparado a 2016, quando houve movimentação de 607 mil toneladas de cargas. Tais números representam uma taxa de ocupação de 39,35% (ou 144 dias) do berço principal (101). Do total de carga movimentada no caos público, 510 mil toneladas são referentes à importação e 32,4 mil toneladas referentes à exportação. A participação percentual dos grupos de cargas movimentadas no Porto de São Sebastião ficou assim definida: • Granéis Sólidos: 86%; • Carga Geral: 9%; • Veículos: 2%; • Animais Vivos: 3%. Já no Terminal Privativo da Petrobras - TEBAR, operado pela Transpetro, o movimento foi equivalente a 49 milhões de toneladas de graneis líquidos, transportados em 552 navios durante todo o ano de 2017. O resultado da balança comercial no porto público apresentou um superávit em 2017 de US\$ 94.070.130,43 pela supremacia do valor das cargas exportadas (produtos industrializados), contra o menor valor (embora em maior quantidade) das cargas importadas (matérias primas). **Cenário Econômico e Financeiro:** Pelo segundo ano consecutivo a forte desaceleração de importantes setores da economia brasileira, como óleo e gás, construção e infraestrutura afetou diretamente as operações portuárias, impactando negativamente nos investimentos e movimentação de cargas. Ressalta-se que o pedido de recuperação judicial da empresa Schahin Engenharia S.A. ainda está pendente de solução. A Companhia adotou as medidas cabíveis para preservar seus interesses, uma vez que a referida empresa não saldou suas dívidas. As maiores expectativas para as operações no Porto de São Sebastião em 2018 estão fundadas na retomada das exportações de veículos, em razão de acordos comerciais firmados pelo governo brasileiro com países da América Latina para a indústria automotiva, na cabotagem e no mercado de petróleo e gás, em função dos leilões realizados que com certeza aquecerão o setor. No caso específico da cabotagem, é importante a instalação do *scanner*, que já está contratada, para a atração de cargas em contêineres. Em 2017 obtivemos uma receita bruta de R\$ 15 milhões, segunda queda consecutiva, resultando em redução de 7% em relação a 2016 (R\$ 16,17 milhões) e uma redução acumulada de 35% em relação à receita de 2015 (R\$ 22,97 milhões). Após mais de um ano de trâmite junto à Agência Reguladora de Transportes Aquaviários (ANTAQ) foi autorizada a reestruturação tarifária, conforme Resolução ANTAQ nº 5291, de 07/03/17, que passou a vigorar a partir de abril de 2017. Neste processo, o limite de faturamento anual por CNPJ que havia para a cobrança do acesso e utilização do canal foi extinto, sendo substituído por outra metodologia de cálculo, que é mais benéfica para a Companhia. Os valores autorizados passaram a ser o teto dos preços que podem ser praticados nos diversos itens tarifários que compõe as tabelas tarifárias. O reajuste anterior havia ocorrido em maio de 2015. Finalmente, vale lembrar que a incorporação ocorrida em 2014, dos funcionários cedidos pela DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., pela Companhia, continua impactando de forma relevante o resultado do exercício, em função de demandas judiciais trabalhistas, além do expressivo aumento da Folha de Pagamento. **Investimentos:** Para 2017, foi autorizado o investimento de R\$ 6,0 milhões para aquisição de um *scanner*. O prazo de instalação previsto é de 9 meses, devendo estar operacional, após os testes de aceitação, a partir de outubro de 2018. Foram concluídos os serviços de implantação de sistema de combate a incêndio no Porto de São Sebastião, que garantirá conformidade com a legislação alfandegária e normas de segurança. O Auto de Vitória do Corpo de Bombeiros - AVCB ainda não foi emitido, sendo que já foi realizada a inspeção técnica das instalações. **Gestão Ambiental:** A Companhia Docas de São Sebastião mantém seu compromisso de melhoria contínua na gestão ambiental. Os investimentos e as ações refletiram diretamente no reconhecimento concedido pela ANTAQ, quando na divulgação dos resultados do Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados (IQGAPO). Após conquistarmos os melhores índices por dois anos consecutivos e, com isso, a primeira posição dentre os 29 portos analisados pela ANTAQ, em 2017, obtivemos o 3º lugar, alcançando 93,88 de um total de 100 pontos possíveis na avaliação. Os recursos aplicados atenderam às especificações estabelecidas na Licença de Operação nº 908/2010, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 9 de fevereiro de 2010. Em atendimento à Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e Resolução CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002. Está prevista para o 1º trimestre de 2018 a realização da auditoria ambiental compulsória bianual uma vez que a última ocorreu no ano de 2015 e o resultado final não apontou nenhuma não conformidade. Neste ano, a Companhia Docas solicitou formalmente ao IBAMA ajustes no escopo e abrangência dos monitoramentos, devido ao histórico favorável de 05 anos de monitoramento sem alterações na qualidade ambiental da área monitorada pela Companhia e, também, pelos altos custos associados à execução de todos os planos e programas ambientais. Em 2017 foram mantidas as ações de capacitação dos recursos humanos da

Companhia, particularmente aos membros da CIPA, aos brigadistas e aos auditores internos. Foram realizadas na área portuária e em áreas externas simulações abertas à participação da população. De igual forma, as ações fundamentais para o atendimento das condicionantes do Plano de Emergência Individual- PEI (Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000; Resolução CONAMA nº 398, de 11 de junho de 2008) e do Plano de Controle de Emergências - PCE (NR nº 29), foram mantidas pelo Centro de Atendimento a Emergências Ambientais no interior do Porto, por meio de embarcações, viaturas e equipamentos para combate a incêndio, emergências químicas e vazamento de óleo no mar. **Sistema de Gestão Ambiental - NBRISO 14.001/2004:** O Porto de São Sebastião manteve a certificação da norma NBR ISO 14.001/2004, conquistada em 2015, quando se tornou o primeiro porto público do país a ter essa certificação, dentre os 37 em operação. A adesão à certificação ISO 14.001 é voluntária e comprova o desempenho da gestão ambiental da Companhia, por meio do controle dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desenvolvidas, desde o consumo de recursos naturais (água, energia e papel) até os efluentes, isto é, resíduos sólidos e emissões atmosféricas. Também são considerados o controle, prevenção, mitigação, monitoramento e contingência da poluição ambiental. Além disso, faz parte do escopo da certificação todas as atividades exercidas pela Companhia, incluindo a exploração do Porto Organizado, gestão da infraestrutura, fiscalização das operações, programas de capacitação ambiental para os funcionários e a melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental. **Plano de Área:** O Porto de São Sebastião passou a contar com o primeiro Plano de Área de um Porto Organizado no país aprovado pelo IBAMA e pela CETESB. Anualmente, são realizados exercícios simulados práticos do Plano de Emergência Individual do Porto, acompanhados por avaliadores de diversas instituições (IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião). **Gestão de Recursos Humanos:** O Quadro de Pessoal da Companhia foi aprovado em 02 de junho de 2010, compreendendo 98 (noventa e oito) posições, sendo 13 (treze) cargos de livre provimento e 85 (oitenta e cinco) cargos permanentes. Em 12 de fevereiro de 2014, com base na manifestação jurídica favorável da Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi aprovado o novo Quadro de Pessoal, fixado em 152 (cento e cinquenta e duas) posições, sendo 13 (treze) de livre provimento e 139 (cento e trinta e nove) de cargos permanentes, de forma a incluir 54 (cinquenta e quatro) funcionários (cedidos) do Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), por sucessão trabalhista, a serem extintos na vacância. No entanto, o quadro apresentado é insuficiente para atendimento das demandas portuárias, em especial àquelas relativas às áreas operacionais, além do atendimento às leis trabalhistas, como intervalo interjornada e horas extras habituais. Neste contexto, destacam-se as discrepâncias ocorridas após a sucessão trabalhista, como as relacionadas aos casos de funções semelhantes e salários diferentes, ou aqueles acerca de cargos de origem que foram extintos. A situação descrita requer ações, com efeitos imediatos na mitigação de litígios trabalhistas. Nesse sentido, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, datada de 23 de dezembro de 2014, proposta de estudos de reestruturação da Companhia, e que deverá ser submetida à análise e aprovação dos órgãos estaduais competentes. Porém, diante das perspectivas negativas no panorama econômico, e da edição do Decreto Estadual nº 61.466, de 2 de setembro de 2015, que veda a contratação de pessoal, a mudança desse cenário ficou comprometida. Ainda sobre planos e ações para mitigação dos passivos e litígios trabalhistas, em 2017 a Companhia iniciou um estudo para implementação do Plano de Demissão Voluntária (PDV), o qual foi apresentado e aprovado no Conselho de Administração, datada de 26 de outubro de 2017 e que também deverá ser submetido à análise e aprovação dos órgãos estaduais competentes. Abaixo, quadro de empregados da Companhia Docas de São Sebastião em 31/12/2017.

Posições	Total
Permanentes	30
Concursados - CLT	30
Sucessão	41
Sucessão - Aposentadoria por Invalidez	3
Reintegração	12
Livre Provimento	11
Total	97

Ampliação do Porto: O desenvolvimento, expansão e competitividade do Porto de São Sebastião apoiam-se em duas frentes: a) na requalificação da infraestrutura existente, que se materializou com investimentos da ordem de R\$ 200 milhões para reestabelecer e ampliar as condições de competitividade de São Sebastião no cenário portuário; e b) na ampliação da área de sua infraestrutura terrestre, de acordo com o projeto que se encontra em fase de licenciamento ambiental. A ampliação da área do Porto será realizada com infraestrutura, tecnologias e um modelo de planejamento e gerenciamento que levam em consideração as variáveis ambientais e socioeconômicas, de modo a contribuir com o meio ambiente, turismo, economia e desenvolvimento social da região. O projeto de ampliação prevê a execução das obras de ampliação em fases e dependem da realização de licitação para arrendamento do terminal multicargas e a construção de, na primeira fase, dois novos berços de atracação. A previsão de receita, na hipótese da ampliação, para a Companhia é de aproximadamente R\$ 36 milhões anuais, além das outras receitas geradas por outros usuários, e a duração do contrato será de 25 anos, renováveis. Em 17 de dezembro de 2013 a Companhia Docas de São Sebastião recebeu do IBAMA a Licença Prévia nº 474/2013

para as fases 1 e 2 do projeto de ampliação do Porto, o que possibilitaria que sua área portuária passasse de 400 mil m² para 800 mil m². O investimento previsto nessa etapa é de R\$ 3,2 bilhões de reais. A referida licença contempla obras importantes para o desenvolvimento portuário, como a construção dos berços 2, 3, 4, 5 e 6. Cada berço terá cerca de 300m de comprimento por 40m de largura, profundidade mínima de 16m e será destinado a navios de última geração, com capacidade para até nove mil TEU's (*Twenty foot Equivalent Unit*), que atualmente possuem restrição para atracação em São Sebastião ou Santos, por conta de seu porte e calado. Para o primeiro arrendamento está previsto um pacote de obras que inclui a construção de um terminal multicargas em uma área de 253.860m² e dois novos berços de atracação sendo um para operação de navios, que transportam veículos e cargas gerais (que podem vir em contêineres ou não), como peças, carga de projeto, paletes, entre outros, e outro para cargas de graneis, como barrilha, malte, cevada e carga viva. Pretende-se construir uma portaria (*gate*) de acesso mais moderna, interligando-a ao contorno viário Sul e a Rodovia dos Tamoiões. Também será construído um pátio com 15.700m² para estacionamento de caminhões destinados ao porto, para que não haja interferência no trânsito local. Vale destacar que o contorno viário de São Sebastião e a duplicação do trecho da serra da Rodovia dos Tamoiões estão com as obras em andamento, com previsão de conclusão para o final de 2018, sendo executadas com recursos do Governo do Estado de São Paulo e são vitais para o desenvolvimento do Porto, em ambas as frentes planejadas. **Suspensão da Licença Prévia:** Em 28 de maio de 2014 foi proposta ação civil pública (Processo nº 0000398-59.2014.403.6135) pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia Docas de São Sebastião e do IBAMA, em trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11 de julho de 2014. Por sua vez, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento em 22 de agosto de 2014, a fim de reformar esta decisão. Em 22 de fevereiro de 2015 foi proferida decisão que deferiu parcialmente o efeito suspensivo postulado, sendo reconhecida a necessidade de complementação do EIA/RIMA no tocante à: 1) Análise dos impactos cumulativos e sinérgicos entre o empreendimento objeto de licenciamento e a ampliação do TEBAR; 2) Apresentação da autorização de Licenciamento Ambiental das Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo empreendimento; e 3) Apresentação de alternativas menos impactantes em relação ao manguezal do Araçá. Paralelamente, também foi interposto Agravo de Instrumento pelo Ministério Público Federal. Em 19 de fevereiro de 2015 foi publicada decisão que deferiu parcialmente a antecipação da tutela postulada, sendo reconhecida a necessidade da complementação do EIA/RIMA no tocante aos pedidos anteriormente citados. Em 20 de julho de 2015 foi distribuído, perante o Superior Tribunal de Justiça, pedido de suspensão das liminares supracitadas. Em 20 de novembro de 2015 foi proferida decisão pelo Presidente da referida Corte Superior, entendendo pelo indeferimento do pleito. A Companhia vem adotando as medidas judiciais cabíveis, bem como está em tratativas com os demais envolvidos na busca de um consenso que possibilite o estabelecimento de um acordo que prevendo o atendimento aos itens da sentença por parte da Companhia, libere parcialmente a Licença Prévia. **Governança Corporativa, Transparência e Compliance:** Para atender a Lei de Responsabilidade das Estatais e de Economia Mista, instituída pela Lei Federal nº 13.303/2016, a Companhia Docas vem adequando as regras e condutas que passam a ser obrigatórias, dentre elas o seu Estatuto Social que foi alterado em 27/04/2017 e devidamente registrado na JUCESP, a criação do "Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento" e da "Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos", a alteração de diversos Regimentos Internos existentes e a instituição daqueles exigidos por esta Lei. **Atendimento ao Cidadão e Transparência:** Para atender as normas estaduais e a Lei de Acesso à Informação, instituída pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, a Companhia Docas disponibiliza os canais de comunicação "Fale Conosco", "Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)" e "Ouvidoria", acessíveis pelo site eletrônico do Porto de São Sebastião www.portodesaosebastiao.com.br, não existindo pendências para serem atendidas. No ano de 2017 foram realizados 03 atendimentos: • Fale Conosco: 0 atendimentos; • Serviço de Informações ao Cidadão (SIC): 0 atendimentos; • Ouvidoria: 03 atendimentos (01 denúncia, 01 reclamação e 01 solicitação de informação). Em atendimento a Lei Federal nº 13.303/2016 um canal exclusivo para atendimento de "Denúncias" será implantado até junho/2018. Também estão disponíveis no site as informações institucionais, tarifas, programação de navios, estudos técnicos, monitoramento ambiental, projetos de expansão, contratações, licitações e estatísticas. **Considerações Finais:** A Companhia Docas de São Sebastião vem cumprindo o importante papel de agregar valor à cadeia logística de sua área de influência, em especial à do Estado de São Paulo, garantindo eficiência, segurança operacional e a adoção das melhores práticas em gestão ambiental.

São Sebastião/SP, 05 de março de 2018

Marcelo Faria Rodrigues
Diretor Presidente

Olívio Francisco Salvador Perpetuo Socorro Araujo
Diretor de Administração e Finanças
Mateus Draxler Damazio
Diretor de Gestão Portuária

Ativo	Nota	Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	
		31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante			
Caixa e Bancos	4	2.538	167.038
Aplicações Financeiras	4	1.010.577	1.036.092
Clientes	5	4.102.069	3.412.423
(-) Provisão de Perda para Crédito Liquidação Duvidosa	5	(1.598.983)	(2.087.034)
Tributos a Recuperar	6	1.150.328	682.551
Despesas Antecipadas		12.016	5.585
Almoarifado		47.837	63.592
Deposito Judicial		281.431	281.431
Adiantamentos		13.917	33.115
		5.021.730	3.594.793
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo	7	2.855.601	10.711.759
Imobilizado	8	229.912.633	239.945.010
Intangível	9	35.034.623	35.397.474
		267.802.857	286.054.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	Nota	2017		2016	
		Receita de Vendas	2017	2016	2016
Receitas de Serviços Prestados		14.694.689	17.294.734		
Deduções da Receita Bruta					
(-) Impostos e Contribuições sobre Serviços Prestados		(2.091.821)	(2.297.459)		
Receita Operacional		12.602.868	14.997.275		
Outras Receitas					
Outras Receitas		20.102.143	-		
Receita Líquida		32.705.011	-		
Custo de Serviços Prestados					
Custos Operacionais	19	(16.350.247)	(14.966.922)		
Lucro Bruto		16.354.764	30.353		
Despesas Operacionais		(36.824.057)	(15.699.767)		
Despesas Administrativas	19	(36.844.520)	(15.673.336)		
Despesas/Receitas Financeiras	20	20.463	(26.431)		
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		(20.469.293)	(15.669.414)		
Corrente					
Diferido		2.855.601	3.760.659		
Tributos IRPJ e CSLL sobre Lucro (15% + 9%)		2.855.601	3.760.659		
Lucro (Prejuízo) do Exercício		(17.613.692)	(11.908.755)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	31/12/2017		31/12/2016	
		2017	2016	2016	
Passivo Circulante					
Convênio-DERSA	12	460.000	-		
Fornecedores	13	6.642.839	5.989.773		
Juros sobre Capital Próprio		106	106		
Contas a Pagar		-	-		
Tributos a Recolher	14	166.954	220.140		
Encargos Sociais Recolher	15	523.068	491.438		
Provisões de Férias a Pagar	16	1.034.734	1.013.924		
Adiantamento de Clientes	11	252.807	803.336		
Salários a Pagar	22	109	1.658.030		
		9.080.617	10.176.747		
Não Circulante					
Convênio-DERSA	12	4.570.283	5.030.283		
Crédito de Clientes		-	79.293		
Provisão para Contingências	17	6.002.934	3.578.268		
		10.573.217	8.687.844		
Patrimônio Líquido					
Capital Social	18	17.748.161	17.748.161		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		278.837.984	278.837.984		
Futuro Aumento de Capital		(43.415.392)	(25.801.700)		
Prejuízos Acumulados		253.170.753	270.784.445		
Total do Passivo		272.824.587	289.649.036		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	Capital Social	Aumento de Capital	Prejuízo Acumulado	Total (Em Reais)
Saldos 31/12/2015	17.748.161	268.811.733	(13.892.945)	272.666.949
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	10.026.251	-	10.026.251
Prejuízo do Exercício	-	-	(11.908.755)	(11.908.755)
Saldos 31/12/2016	17.748.161	278.837.984	(25.801.700)	270.784.445
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	(17.613.692)	(17.613.692)
Saldos 31/12/2017	17.748.161	278.837.984	(43.415.392)	253.170.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	2017		2016	
	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(17.613.692)	(11.908.755)	(11.908.755)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(17.613.692)	(11.908.755)		
Resultado abrangente total, atribuído a:				
Participação dos Acionistas Controladores	(17.613.692)	(11.908.755)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 2017

1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição por Subscrição Particular, realizada em 3 de setembro de 2007 e devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 6 de setembro de 2007. As atividades desenvolvidas pela Companhia são decorrentes de Convênio de Delegação, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 15 de julho de 2007. Tal convênio prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com o objetivo de exercer as atribuições exaradas no artigo 17 da Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013. Essa iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Companhia, cuja conclusão ocorreu em 06 de março de 2018. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Tais pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram observadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Apuração do Resultado: As receitas, custos e despesas são registrados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

3.2. Caixa e Equivalente de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, bem como contas garantidas (Nota nº 4).

3.3. Ajuste a Valor Presente de Ativos: Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por tal razão não foram registrados.

3.4. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que

sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados em: (i) ativos financeiros a valor justo por meio de resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial.
- Passivos financeiros: São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio de resultado, empréstimos e financiamentos, ou derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do reconhecimento inicial.

3.5. Partes Relacionadas (Convênio DERSA): No curso normal de suas operações, a Companhia contraiu obrigações com parte relacionada, destacando-se a cessão de empregados da Desenvolvimento Rodoviário S.A. – DERSA. Companhia de economia mista controlada pelo Governo do Estado de São Paulo. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante, sendo que a dívida foi ajustada a valor presente.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social e Imposto de Renda Diferido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social.

3.7. Provisões: As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido em conta de resultado.

3.8. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço. As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

3.9. Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e reduzido pela depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método